



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



JAPARATINGA - AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA
- ALAGOAS

Professor de Língua
Portuguesa

EDITAL N  001/2025

C D: SL- 5 MA-25
7908433275367

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Concordância verbal e nominal	10
3. Regras de acentuação	11
4. Ortografia oficial	15

Legislação

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	25
2. Lei Federal Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	68

Conhecimentos Profissionais

1. Comportamento escritor; Comportamento leitor	91
2. Estratégias didáticas para o ensino de leitura; Fluência leitora com compreensão.....	91
3. Funções da linguagem	93
4. Linguagem oral, oralização e oralidade.....	93
5. Produção de textos orais e escritos	94
6. Tipologia textual e gênero textual	95
7. Narração, descrição, dissertação e carta	100
8. Semântica, Sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e ambiguidade	101
9. Níveis de linguagem	106
10. Figuras de linguagem	107
11. Noções de estilística.....	110
12. Coesão e coerência	111
13. Morfologia; Fonologia (relação letra e fonema)	114
14. Separação de sílaba e translineação	115
15. Estrutura de palavras	117
16. Acentuação gráfica e tônica	119
17. Ortografia e pontuação.....	119
18. Classes gramaticais de palavras; Colocação pronominal	125
19. Sintaxe de concordância verbal e nominal.....	133
20. Sintaxe de regência verbal e nominal	133
21. Análise morfossintática de período simples	134
22. Frase, oração e período; Sintaxe: Período simples e composto.....	137
23. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Orações substantivas, adjetivas e adverbiais	139

Educação Pública

1. Avaliação educacional.....	147
2. Didática e pedagogia.....	149
3. Gestão escolar	150
4. Planejamento do ensino	153
5. Tecnologia aplicada à educação.....	153
6. Piaget, Vygotsky e Wallon	155
7. Psicologia da educação	162

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

LEGISLAÇÃO

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que

preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

COMPORTAMENTO ESCRITOR; COMPORTAMENTO LEITOR

A leitura é considerada uma atividade social, com desempenho daquele que lê na presença do interlocutor. Dessa maneira, pode-se afirmar que o significado de leitura não se encontra isoladamente no texto nem no seu leitor, nem mesmo nas práticas de interação social em que a leitura é realizada. De fato, esses produzem concepções de leitura, conforme o enfoque, sendo: foco no texto, foco no leitor, foco no autor, foco na interação texto-autor-leitor.

► Foco no Texto - Modelo Estruturalista

Segundo Kato (1985)[KATO, Mary. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1987.], o Estruturalismo, desenvolvido por Ferdinand Saussure (1997), concebe a leitura como um processo interposto pela compreensão oral, ou seja, na leitura oral, a pessoa que lê produz os sons da fala, e, na leitura silente, o leitor produz os movimentos internos equivalentes. Tal resposta-estímulo faz correlação ao significado. Nessa perspectiva, o leitor, para produzir significado, permanece rigorosamente atrelado aos estímulos visual e auditivo, e a decodificação de tais estímulos é o processo que resulta na leitura. A concepção de leitura com foco no leitor visa à formação de leitores que, embora providos de velocidade e dicção eficiente, não são aptos a refletir e desenvolver uma crítica ao conteúdo exposto no texto.

No modelo estruturalista, o texto é tratado em primeiro plano, cabendo ao leitor a função única de decodificar, fazendo utilização das informações de forma linear e indutiva. Segundo essa abordagem, o leitor segue uma hierarquia que observa as sequências, processando em primeiro lugar, os aspectos composicionais menores, letra por letra, sílaba por sílaba; em seguida, ele processa as unidades maiores, como palavras e textos. Com isso, o leitor associa as palavras decodificadas com os respectivos significados, alcançando a compreensão do texto a partir da síntese e da análise.

► Foco no Leitor - Modelo Cognitivo

Segundo esse modelo, não há decodificação nem linearidade no processo de leitura, ou seja, o leitor não procede sequencialmente cada letra, cada sílaba e cada palavra, para se alcançar proficiência na leitura. O processo de leitura parte do leitor para o texto, em um decurso decrescente, contrário do que ocorre na perspectiva estruturalista, que parte do menor para o maior. Assim, a produção do sentido do texto é papel do leitor, visto que o seu conhecimento de mundo é o que permeia a leitura. Em outras palavras, o leitor utiliza o saber previamente adquirido para atribuir sentido ao texto.

► Foco no Texto - Modelo Interacionista

Segundo essa concepção, texto e leitor são fundamentais para a leitura. Assim, a produção de sentido ocorre por meio da interação entre texto, autor e leitor. O sentido não permanece atrelado nem ao texto nem ao leitor, mas reside na interação entre ambos. O ato de ler passa, desse modo, a ser considerado um processo de integração da mensagem contida no texto, como também das informações que o leitor transporta para o texto.

O leitor, conforme essa perspectiva, deve ativar seus saberes prévios, fazendo constantes inferências ou desempenhando táticas de previsão. Assim, a partir das informações contidas no texto e dos seus próprios conhecimentos de vida, leitor recorre a procedimentos que o ajudem a encontrar evidências das previsões e das inferências que foi capaz de fazer.

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE LEITURA; FLUÊNCIA LEITORA COM COMPREENSÃO

A leitura é uma das habilidades mais importantes que os estudantes aprendem na escola, e é crucial para o sucesso acadêmico e pessoal. No entanto, muitos alunos enfrentam desafios na compreensão de textos e na interpretação de informações. Para resolver esses problemas, os professores precisam estar familiarizados com diferentes teorias e métodos de leitura que podem ser aplicados em contextos educacionais.

Uma teoria de leitura muito influente é a teoria do processamento da informação, que enfatiza o papel da memória e do conhecimento prévio na compreensão de textos.

De acordo com essa teoria, os leitores armazenam informações sobre o mundo em sua memória de longo prazo e usam esse conhecimento para compreender novos textos. Os professores podem aplicar essa teoria incentivando os alunos a fazer conexões entre seus conhecimentos prévios e o que estão lendo, o que ajuda a aumentar a compreensão e a retenção das informações.

Outra teoria importante é a teoria socioconstrutivista, que destaca a importância do ambiente social e das interações entre os alunos e o professor na construção do conhecimento. Essa teoria sugere que a leitura é uma atividade social e que a compreensão de um texto é influenciada pelas discussões em grupo e pela colaboração entre os alunos. Os professores podem aplicar essa teoria fornecendo oportunidades para os alunos discutirem textos e trabalharem juntos em projetos de leitura.

Além das teorias, existem também diferentes métodos de leitura que podem ser aplicados em contextos educacionais. O método de leitura em voz alta é uma técnica clássica que pode ser usada para incentivar a compreensão e a fluência na leitura.

Os professores podem ler em voz alta para os alunos e pedir que os alunos leiam em voz alta também, para praticar a pronúncia e a entonação correta.

Outro método é a leitura guiada, que envolve o professor em orientar os alunos na leitura de um texto. Os alunos leem em voz alta em conjunto e o professor ajuda a fornecer o contexto e a explicar as palavras difíceis. Essa abordagem é particularmente eficaz para alunos que estão lutando com a leitura e precisam de mais apoio.

O método de leitura crítica é uma abordagem que incentiva os alunos a avaliar o texto e a considerar diferentes perspectivas. Essa abordagem incentiva os alunos a fazer perguntas críticas e a analisar o texto de uma maneira mais profunda. Isso pode ajudá-los a desenvolver habilidades de pensamento crítico e a compreender melhor as informações.

No entanto, para escolher o método de leitura correto e resolver problemas relacionados à leitura, é necessário entender as necessidades específicas dos alunos. Cada aluno tem seu próprio ritmo de aprendizagem e estilo de aprendizado, e é importante que os professores adaptem sua abordagem de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos.

Outra teoria de leitura muito conhecida é a teoria sociocultural, desenvolvida por Vygotsky. Segundo ele, a leitura é uma atividade socialmente mediada e, portanto, a aprendizagem da leitura é influenciada pelas interações sociais do indivíduo. Nessa teoria, a linguagem é vista como uma ferramenta de comunicação e interação social, e a leitura é vista como um processo de construção de significado a partir das interações entre o leitor, o texto e o contexto sociocultural em que está inserido.

Para aplicar essa teoria em sala de aula, é importante que o professor estimule a interação social dos alunos durante a leitura, por meio de atividades de discussão e reflexão sobre os textos lidos, por exemplo. Além disso, é importante que o professor selecione textos que estejam inseridos no contexto sociocultural dos alunos, de modo que eles possam se identificar e estabelecer conexões com o conteúdo lido.

Por fim, temos a teoria crítica de leitura, que tem como principal objetivo desenvolver no aluno a capacidade de compreender e interpretar criticamente os textos lidos. Essa teoria tem como base a ideia de que a leitura é um ato político e que os textos podem ter diferentes significados, dependendo do contexto em que são lidos.

Para aplicar essa teoria em sala de aula, o professor deve estimular a reflexão crítica dos alunos sobre os textos lidos, incentivando-os a questionar o conteúdo apresentado e a buscar diferentes perspectivas sobre o tema abordado. Além disso, é importante que o professor apresente aos alunos diferentes gêneros textuais, para que eles possam compreender como as diferentes estruturas textuais podem influenciar o seu significado.

Existem diversas teorias e métodos de leitura que podem ser aplicados em sala de aula para solucionar problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem de leitura. Cabe ao professor escolher a teoria e o método mais adequados para as necessidades de seus alunos, levando em consideração as características individuais de cada um e o contexto sociocultural em que estão inseridos. Com uma prática pedagógica efetiva e engajada, é possível desenvolver nos alunos habilidades de

leitura e interpretação crítica de textos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Existem algumas estratégias e procedimentos capazes de proporcionar um maior conforto para os alunos no contato com o texto literário e também fazer com que eles desenvolvam, a partir das leituras que realiza em sala de aula, a disposição por esse tipo de texto, bem como a reflexão e a capacidade crítica, fundamentais para o afloramento do interesse e do refinamento estético.

É importante enfatizar que, sobre toda estratégia estão as preferências do docente, visto que ele, como leitor, deve ser aplicado a este hábito e também deve ter conhecimento sobre uma ampla seleção de escritores e textos adequados para a faixa etária par a qual leciona. Dentre as três estratégias e procedimentos eficientes para esse conteúdo fundamental na educação.

A primeira delas é apresentada pelo pedagogo Rildo Cosson (2006), que propõe o modelo de sequência para o Ensino Fundamental, que, basicamente, é voltada para o lugar e o modo de apresentação dos textos. A sequência básica estrutura-se em quatro fases, sendo:

- 1ª) motivação, que consiste no momento de preparação do discente para fazer a leitura do texto literário;
- 2ª) introdução, estágio em que obra e autor são apresentados;
- 3ª) leitura, isto é o acompanhamento da leitura por parte do aluno e do professor;
- 4ª) interpretação, que consiste na construção coletiva — envolvendo professor e alunos — do sentido do texto.

A fase da interpretação é considerada produto dos estágios precedentes e, segundo Cosson, é necessário fazer o compartilhamento da interpretação e a ampliação dos sentidos construídos de forma individual.

Outra estratégia é chamada de Método Recepional, criado por Aguiar e Bordini (1993). Esse procedimento é fundamentado na Estética da Recepção, de Jauss (1994) e demanda que o professor se encontre preparado para fazer a origem dos textos relacionados à realidade social do aluno, mas que, simultaneamente, a transpasse.

O Método Recepional se desenvolve em cinco fases, que são determinação do horizonte de expectativa, atendimento ao horizonte de expectativa, rompimento do horizonte de expectativa, questionamento do horizonte de expectativa e ampliação do horizonte de expectativa.

Na etapa da ampliação, os alunos adquirem a compreensão das mudanças e aquisições conquistadas por meio da experiência com a literatura. A conclusão dessa última fase marca o início de um novo emprego da estratégia, que progride, sempre proporcionando aos alunos um vínculo cada vez mais consciente tanto com a literatura como com a própria vida.

Uma terceira estratégia, que tem o mesmo fundamento da anterior (a Estética da Recepção, de Jauss, 1994) foi desenvolvida por Saraiva e Mügge (2006). Esse procedimento foi construído a partir do relato e da capacitação de professores e alunos e, de acordo com Saraiva e Mügge, antes mesmo que fosse sistematizada de forma definitiva, foi certificada pela audiência leitora e formadora.

AValiação EDUCACIONAL

¹O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação, oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

— ²Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação, são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

Não existe um modelo único para esse tipo de avaliação: ela pode ser realizada utilizando metodologias ativas, roda de conversa ou ser um modelo mais próximo das provas tradicionais.

Muitas secretarias de educação utilizam diagnósticos em rede como um termômetro geral das escolas. Mesmo nesses casos, é importante que o professor realize o seu próprio diagnóstico como forma de complementar as informações e conhecer mais o perfil da turma.

Avaliação formativa (contínua ou processual)

A avaliação processual acontece ao longo do processo de aprendizagem, sempre a partir de um diagnóstico. Conforme acompanha o processo da turma, o professor tem as evidências necessárias para pensar em boas intervenções e saber quando é necessário mudar o percurso — isto é, não é preciso aguardar o término do bimestre para verificar que uma estratégia não funcionou ou que os alunos ainda estão com dificuldade em determinada habilidade.

Para fazer essa avaliação, podem ser utilizadas ferramentas como, por exemplo:

- Produções orais, em grupo e individuais.
- Pesquisas.
- Seminários.

1 <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm>

2 <https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao>

- Estudos de caso.
- Autoavaliação.
- Questionários.

Já para analisar os resultados, utilizam-se rubricas com diferentes níveis de performance. Esses critérios permitem que o professor oriente a observação. Eles devem estar sempre alinhados aos objetivos de aprendizagem previstos naquela atividade ou projeto e conter as evidências para demonstrar que o estudante aprendeu - saiba o que levar em conta para fazer esse trabalho nos Anos Iniciais. Essas expectativas devem ser comparilhadas com a turma.

Um tipo de avaliação formativa é a comparativa, que visa promover uma análise entre o que o aluno sabia antes de determinada atividade e depois.

Avaliação somativa

É a modalidade mais tradicional de avaliação e caracteriza-se por evidenciar se os alunos dominam determinado conjunto de habilidades. Comumente, acontece ao final do bimestre ou sequência didática. Ao final, atribui-se um conceito ou nota numérica para o desempenho dos estudantes.

Pode ser dissertativa ou de múltipla escolha. É importante que as perguntas sejam claras e, pela resolução da questão, o professor consiga evidenciar as aprendizagens.

Avaliações externas

São provas realizadas em larga escala para avaliar o sistema educacional e auxiliam na construção de uma visão sistêmica sobre como está a aprendizagem no território.

Dentro da escola, os resultados dos estudantes também devem ser analisados, porém os descritores dessas avaliações não devem orientar o planejamento docente – isto é, o objetivo do professor é desenvolver habilidades do currículo, não preparar os alunos para essas provas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

► O Papel da Avaliação na Educação

A avaliação educacional é um instrumento fundamental para monitorar o aprendizado dos estudantes, a eficácia do ensino e a qualidade das instituições escolares. No entanto, sua aplicação enfrenta desafios significativos, tanto em termos de metodologia quanto de impacto nas políticas educacionais.

Além de identificar problemas e lacunas, a avaliação deve ser utilizada como um meio para promover melhorias contínuas na educação. Para isso, é essencial refletir sobre os desafios existentes e as perspectivas para um sistema avaliativo mais eficaz e inclusivo.

► Desafios da Avaliação Educacional

Enfoque Excessivo na Avaliação Quantitativa:

Muitas avaliações educacionais priorizam dados numéricos, como notas em provas e taxas de aprovação, deixando de lado aspectos qualitativos da aprendizagem, como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criatividade e pensamento crítico. Esse modelo pode levar a uma visão reducionista da educação.

▪ **Solução possível:** Complementar a avaliação quantitativa com métodos qualitativos, como portfólios, autoavaliações e observações pedagógicas, para oferecer um panorama mais completo do desenvolvimento do aluno.

Uso de Resultados para Classificação e Ranqueamento

Os resultados de avaliações externas, como o IDEB e o ENEM, muitas vezes são utilizados para ranquear escolas e redes de ensino, em vez de servir como base para a formulação de políticas educacionais eficazes. Isso pode gerar competições desleais entre instituições, reforçando desigualdades em vez de solucioná-las.

▪ **Solução possível:** Garantir que os dados avaliativos sejam usados para aprimorar práticas pedagógicas e políticas públicas, em vez de apenas para classificações comparativas.

Desigualdades Regionais e Socioeconômicas

O Brasil apresenta grandes desigualdades na oferta de educação, o que impacta diretamente os resultados das avaliações. Escolas em regiões mais vulneráveis enfrentam dificuldades como infraestrutura precária, falta de materiais didáticos e alta rotatividade de professores, fatores que influenciam negativamente o desempenho dos alunos.

▪ **Solução possível:** Considerar as realidades locais na interpretação dos dados e direcionar investimentos para reduzir desigualdades estruturais na educação.

Pressão Sobre Professores e Estudantes

A avaliação tradicional pode gerar um ambiente de estresse e pressão para alunos e docentes, especialmente quando os resultados são usados para punições ou premiações. Essa abordagem pode levar a práticas como “ensino para o teste”, no qual os professores focam apenas nos conteúdos cobrados em avaliações externas, em detrimento de uma aprendizagem mais ampla e significativa.

▪ **Solução possível:** Estimular uma cultura de avaliação formativa, que valorize o desenvolvimento contínuo dos alunos e ofereça feedbacks construtivos para aprimorar o ensino.

Falta de Formação Docente para Avaliação

Muitos professores não recebem formação adequada para planejar e aplicar avaliações que realmente contribuam para o aprendizado dos estudantes. Isso resulta em práticas avaliativas padronizadas e pouco eficazes para diagnosticar dificuldades e promover melhorias.

▪ **Solução possível:** Investir em programas de formação docente que abordem metodologias avaliativas diversificadas e alinhadas com os objetivos educacionais.

► Perspectivas para a Avaliação Educacional

Avaliação Formativa e Processual:

Uma das principais tendências na avaliação educacional é a valorização da avaliação formativa, que acompanha o progresso dos alunos ao longo do tempo, permitindo ajustes no ensino e promovendo uma aprendizagem mais significativa.